

## EIXO TEMÁTICO 5 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE MENTAL E POPULAÇÃO NEGRA: mapeando e alargando novos sentidos epistêmicos contra- hegemônicos

### PUBLIC POLICY EVALUATION, MENTAL HEALTH, AND THE BLACK POPULATION: mapping and broadening new counter-hegemonic epistemic meanings

Jamille Paiva Lima<sup>1</sup>

Guilherme Arraes Alencar Cunha<sup>2</sup>

Francisco Anderson Carvalho de Lima<sup>3</sup>

Alcides Fernando Gussi<sup>4</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa objetivou desvelar sentidos epistêmicos do campo contra-hegemônico da avaliação de políticas públicas com relação à saúde mental da população negra por meio de uma análise científica em formato de artigos, publicados em periódicos nacionais e internacionais, e de dissertações defendidas em programas de pós-graduação brasileiros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Saúde Coletiva, Ciências Humanas e Sociais e Interdisciplinar, entre 2012 e 2022. Com base na leitura de 26 textos (4 dissertações de mestrado e 22 artigos científicos), dividida em duas fases, uma com recorte específico relacionado à etnia/raça e outra com aspectos mais gerais da avaliação da saúde mental, foi realizada uma revisão sistemática em busca combinada dos descritores: Avaliação de Políticas Públicas, Políticas de Saúde e Saúde Mental, Saúde Mental em Grupos Étnicos e Saúde da População Negra. Por fim, as intencionalidades das pesquisas analisadas evidenciam propostas de inclusão da dimensão racial, propondo um protagonismo negro no desenvolvimento da política pública de saúde

<sup>1</sup> Graduada no curso de História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jamilleuol@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Atualmente atua como mestrando bolsista (CAPES) Email: guilhermearraescunha@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutorando em Saúde Pública e Mestre em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará. Professor Assistente do curso de Medicina da Universidade Estadual do Ceará. Email: acarvalho.lima@uece.br.

<sup>4</sup> Graduado em História, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Educação (Área Educação, Sociedade, Cultura e Política) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Email: alcidesfernandogussi@gmail.com.

mental para a população negra, contudo, isso não se revela nas suas intencionalidades avaliativas.

**Palavras-chave:** População negra; Avaliação de saúde mental; raça; etnia.

#### **ABSTRACT**

This research aimed to unveil epistemic meanings of the counter-hegemonic field of public policy evaluation in relation to the mental health of the black population through a scientific analysis in the form of articles published in national and international journals, and dissertations defended in Brazilian post-graduate programs in the fields of Applied Social Sciences, Collective Health, Humanities, Social Sciences, and Interdisciplinary between 2012 and 2022. Through the reading of 26 texts (4 Master's theses and 22 papers), divided in two phases, one with a specific focus on ethnicity/race and the other on more broad aspects of mental health evaluation, a systematic review was carried out in a combined search for the descriptors of "Public Policy Evaluation," "Health and Mental Health Policies," "Mental Health in Ethnic Groups," and "Health of the Black Population". Finally, the intentions of the analysed research highlight proposals to include the racial dimension, proposing a Black protagonism in the development of public policies of mental health for the Black population; however, this is not revealed in the evaluative intentions of their research.

**Keywords:** Black population; Mental health evaluation; Race; Ethnicity

## **1 INTRODUÇÃO**

O campo da Avaliação de Políticas Públicas vem se desenvolvendo inscrito nas modulações de um campo científico que carrega consigo a insígnia de desdobramentos da ação pública do Estado. Ao se lançar um olhar epistemológico para este campo, observamos sua configuração por meio de distintas noções epistêmicas nominadas de diferentes formas, como avaliações tradicionalistas, construtivistas, pluralistas e antropológicas, que operam o esforço avaliativo em classificar diferentes correntes teóricas e que, ao mesmo tempo, modulam a ação pública em sua relação com atores sociais que comportam o Estado-nação, traduzindo noções epistemológicas diversas (BOULLOSA et al., 2021, p.11).

Contudo, em que pese o reconhecido esforço de desenvolvimento do campo contra-hegemônico (GUSSI; OLIVEIRA, 2017, p. ), empreendido por essas abordagens, questionamos como os aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade, são considerados ou se articulam no desenvolvimento e no delineamento de saberes e práticas na tessitura da pesquisa e construção do conhecimento em avaliação de políticas públicas, a fim de constituir saberes e práticas para a saúde mental da população negra (LIMA; GUSSI, 2021).

No Brasil, a perspectiva hegemônica técnica-formal tomou forma com a Reforma de Estado, nos anos 1990, quando se fortaleceu um modelo de avaliação de gestão pública ajustado às demandas do Banco Mundial (BRESSER PEREIRA, 1998; BANCO MUNDIAL, 2004). A essa agenda política circunscreve-se um modelo de avaliação de políticas, programas e projetos, sobretudo governamentais, baseados em critérios pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividade. Quase sempre reduzidas à dimensão econômica, essas avaliações têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores, notadamente quantitativos, que revelam a otimização da relação custo-benefício, previamente calculada, em relação ao investimento realizado na execução de políticas e programas (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. ).

A crítica é a de que esse modelo não dá conta de tratar das contradições do Estado, considerando aqui, segundo Santos e Avritzer (2003), as possibilidades de construir marcos emancipatórios, de cunho democrático, por meio das políticas públicas, rumo à universalização de direitos, entre critérios de igualdade e equidade, que se impõem sobretudo a partir dos movimentos da sociedade civil.

Para dar conta das contradições do Estado Contemporâneo, e suas expressões nas políticas públicas, nos marcos emancipatórios, evidencia-se a construção de outro parâmetro, epistemológico, metodológico e político de avaliação, que permite ir além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos e se distancia da agenda neoliberal e do modelo técnico-formal de avaliação.

Nesse sentido, com o presente projeto artigo, busca-se a problematização da subalternidade a partir do argumento de que, no campo avaliativo, o sujeito subalternizado resta por vezes excluído ou instrumentalizado, uma vez que, ao pertencer às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante, figura na disposição do campo científico por meio de assimetrias epistemológicas, no seio do jugo colonial que funda a Ciência, a Modernidade e o Estado, os quais, por sua vez, instrumentalizam a raça e o gênero, dentre outros elementos, como ferramentas coloniais, situando os sujeitos em regime subalternizado, inscritos abaixo em um processo de deslegitimação do conhecimento por meio do epistemicídio (GUSSI; LIMA, 2021, p. 6).

Contudo, se reconhece a incessante produção de saberes e práticas no campo da

pesquisa avaliativa, a qual configura e delinea esse aspecto contra-hegemônico, sobretudo na América Latina (OLIVEIRA, 2019, p. 57). Diante disso, objetiva-se discutir elementos políticos, epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais de diferentes perspectivas e matrizes epistêmicas, na tentativa de mapear esse giro contra-hegemônico, operado no campo, com especial olhar para o Brasil, o contexto latino-americano e os contextos de diáspora negra.

Por fim, serão lançadas considerações e reflexões acerca dos desdobramentos dessa possibilidade do alargamento epistêmico das contra-hegemonias no campo, apontando para a capacidade transformativa da avaliação a partir da noção de subalternidade e suas vicissitudes na produção de raça e gênero (GUSSI; LIMA, 2021, p. 14), apontando-se especificamente para a saúde mental, a ensejar provocações que fundamentam uma discussão acerca de um giro contra-hegemônico no campo, como contribuição inovadora para desenvolvimento dos estudos e pesquisas em avaliação de políticas públicas.

## **2 ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO COLETADO SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO PRETA E AVALIAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

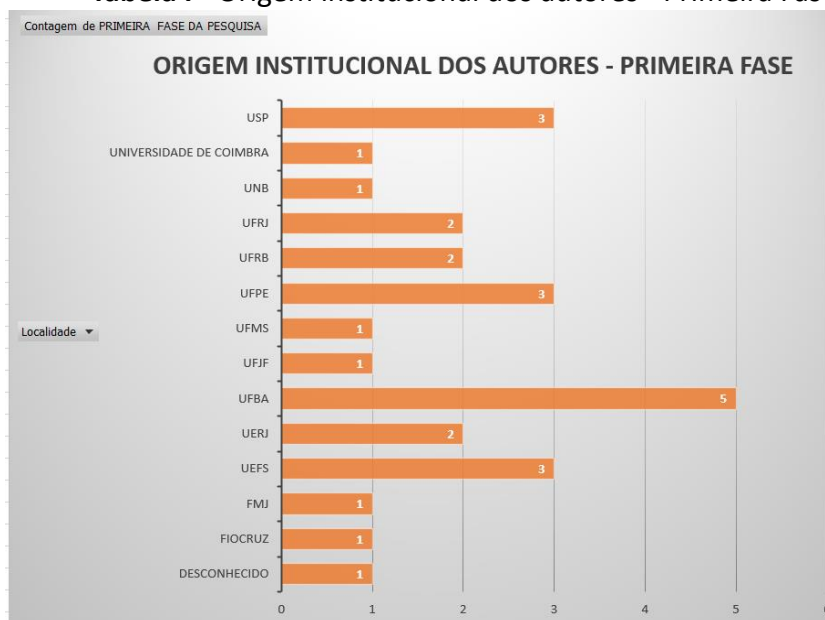
Como primeira fase da pesquisa, realizou-se leituras analíticas que se centraram em dissertações e artigos, que abordam avaliações de políticas públicas em saúde mental da população negra. Ao todo, nessa fase, foram analisadas 04 (quatro) dissertações e 07 (sete) artigos, totalizando o quantitativo de 11 leituras. Na segunda fase, as leituras abordaram outros descritores, como: avaliação, política pública, programas e serviços, saúde mental e avaliação da qualidade, em abordagens mais amplas de políticas públicas de saúde mental no Brasil. Nessa fase, foram analisados 15 (quinze) artigos. Desse modo, os presentes resultados foram aferidos com base no total de 26 (vinte e seis) leituras realizadas coletadas entre os anos de 2012 a 2022.

Dentre a análise do referencial teórico coletado, foram perceptíveis achados referentes à vinculação institucional dos autores; os pressupostos de partida; os marcos teóricos que embasaram as pesquisas; seus paradigmas avaliativos; os resultados apresentados nos textos e suas intencionalidades.

Para melhor compreendermos a derivação institucional dos autores, tornou-se necessário o desenvolvimento de gráficos relacionados à vinculação institucional dos autores dos 26 textos, tendo como concepção inicial a preocupação com a territorialidade do

desenvolvimento da pesquisa. Conforme observado, a primeira fase da pesquisa, pautada no recorte de desenvolvimento de políticas públicas para a população preta no Brasil, apresenta uma centralidade nas regiões Nordeste e Sudeste:

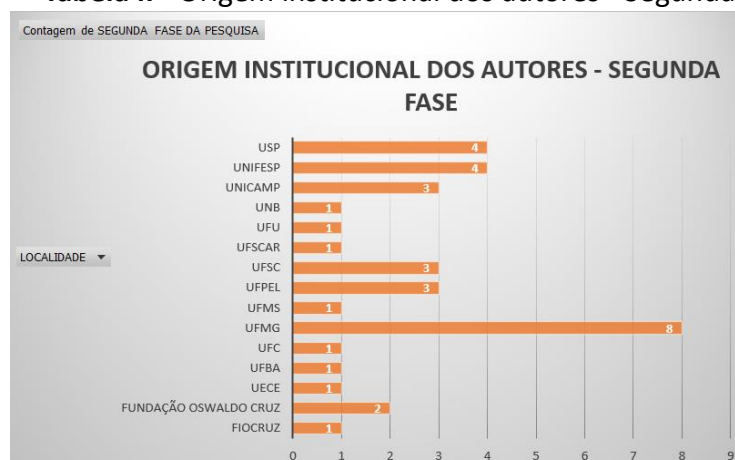
**Tabela I - Origem institucional dos autores - Primeira Fase**



Fonte: Autoria própria

No que tange à segunda fase da pesquisa, centrada em descritores mais gerais sobre o desenvolvimento de políticas públicas para a saúde mental no Brasil, observa-se uma centralidade institucional na região Sudeste. Importa-se apontar a ausência, em ambas as fases, de autores oriundos na região Norte:

**Tabela II - Origem institucional dos autores - Segunda Fase**



Fonte: Autoria própria.

Na primeira fase da pesquisa, as perguntas de partida dos artigos levantaram

questionamentos acerca de como gerenciar e avaliar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no sentido de viabilizar o trabalho dos gestores e na produção de indicadores para monitoramento dessa política, por outro lado é evidenciado perguntas que envolvem a descolonização de saberes, práticas e a consideração de outras epistemologias nesse campo. Na segunda fase da pesquisa, as perguntas foram direcionadas ao funcionamento de instituições públicas e como envolver a participação social desses sujeitos que são impactados por essas políticas públicas, no sentido de administrar a qualidade dos serviços oferecidos.

Quanto aos pressupostos, na primeira fase, pôde-se observar a confluência de ideias entre os artigos ao abordarem questões como território, raça, contextos, práticas e saberes orgânicos na implementação e monitoramento de políticas públicas. Já na segunda fase, a maioria dos artigos adotaram o pressuposto da participação social para avaliação da qualidade dos serviços. Também houve ênfase sobre políticas de saúde a saúde mental associadas a questões de avaliação do contexto em que os sujeitos estão inseridos e a forma como essas políticas são gerenciadas e administradas dentro das instituições.

No que tange aos marcos teóricos, paradigmas de avaliação adotados e afiliações teóricas, observou-se que os textos referentes à primeira fase da pesquisa, relativos ao total de 11 leituras, não apresentam aspectos claros no que concerne aos paradigmas avaliativos da política pública de saúde mental para a população negra.. Os paradigmas avaliativos na primeira fase da pesquisa apresentam, na verdade, uma correlação muito mais específica com a metodologia pela qual a avaliação será desempenhada e menos a epistemologia concernente à perspectiva de avaliação proposta. Em contrapartida, observou-se um enfoque mais perceptível em como avaliar e em suas explicações. No que diz respeito à segunda fase da pesquisa, as quinze leituras apresentam aspectos mais claros e objetivos, configurando uma metodologia em sua maioria quantitativa, abordando aspectos gerenciais das políticas e com foco em avaliar a qualidade dos serviços.

Os resultados da primeira fase da pesquisa apresentam considerações relativas ao maior impacto do racismo e das questões étnico/raciais que reverberam em índices sócio-demográficos e econômicos em pessoas com transtornos mentais comuns do gênero feminino. Ademais, os resultados apresentados revelam a necessidade de acolhimento do sofrimento psíquico atravessado pelo racismo na Rede de Atenção Psicossocial, bem como indicam uma lacuna referente aos estudos correlacionando saúde mental e racismo.

Desse modo, os resultados apontam a necessidade de cuidado psicossocial dos

profissionais de saúde com caráter antirracista, bem como a percepção do racismo como um sintoma individual, sem a compreensão de suas perspectivas estruturantes na sociedade e nas subjetividades. A segunda fase da pesquisa apresenta resultados que reforçam a relevância da participação social para a construção de uma avaliação qualitativa, bem como o reforço da coletividade e convivência com a diferença. Ademais, indicou-se o impacto do hipertrofiamento do sistema de saúde mental em razão de baixos investimentos, problemas relacionados às estruturas físicas e de condições de trabalho, bem como a insuficiência de atendimento da Rede de Atenção Psicossocial em razão da alta demanda.

No que tange à produção de indicadores referentes à primeira fase da pesquisa, 6 das 11 leituras não apresentam indicadores, enquanto 5 apresentam indicadores que perpassam aspectos sócio-demográficos, econômicos, de raça/cor e territorialidade. No entanto, observa-se que o seu desenvolvimento não é realizado de forma plena em razão da incipiente perspectiva avaliativa dos trabalhos, resultado de uma dificuldade em delimitar a epistemologia concernente à perspectiva de avaliação proposta. A segunda fase da pesquisa não apresenta indicadores avaliativos tão claros em razão da perspectiva de construção dos mesmos durante o processo avaliativo, característico de uma perspectiva epistemológica na Avaliação de Quarta Geração.

Aqui, observa-se uma diferença entre a primeira e segunda fase: no que tange à pesquisa étnico-racial, os indicadores não são operacionalizados de forma adequada em razão da ausência de uma epistemologia delimitada no processo avaliativo, enquanto que na segunda fase os indicadores são construídos durante o curso do processo avaliativo em razão da própria perspectiva epistemológica escolhida. A segunda fase da pesquisa apresenta indicadores em 5 das 15 leituras realizadas, centrando-se em aspectos relativos à indicadores de gestão de saúde e avaliação de serviços.

As intencionalidades apresentadas nas leituras da primeira fase da pesquisa revelam que a questão étnica/racial não foi abordada de forma adequada nas considerações relativas às discussões e elaborações de políticas públicas de saúde mental após a Reforma Psiquiátrica. As pesquisas trazem propostas de inclusão da dimensão racial e violências sofridas, propondo um protagonismo negro no desenvolvimento da política pública de saúde mental para a população preta. Dentre as propostas, verifica-se a interseccionalidade entre os profissionais do Sistema Único de Saúde com o compartilhamento de experiências, o letramento racial é uma perspectiva de aquilombamento do CAPS como direção étnico-política (DAVID, 2019, p.



121). As intencionalidades expostas na segunda fase da pesquisa expõem a perspectiva de construção participativa de indicadores avaliativos, centrados em aspectos da Avaliação Participativa e da Avaliação de Quarta Geração, tendo como exemplo a construção de um leque de perspectivas avaliativas de implementação de CAPS e índices avaliativos de gestão e serviços de saúde.

### **3 DISCUSSÃO EPISTÊMICA SOBRE O CAMPO CONTRA-HEGEMÔNICO E HEGEMÔNICO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

Com base na análise empreendida sobre o material coletado, foi desenvolvida uma interpretação sobre os textos contra-hegemônicos (pertencentes à primeira fase da pesquisa) e hegemônicos (pertencentes à segunda fase da pesquisa). Inicialmente, buscamos entender em que medida as avaliações de políticas e programas ao redor do Brasil e do mundo têm contribuído para compreender as vicissitudes da racialidade negra na constituição de saberes sobre a saúde mental da população negra no âmbito da ação pública.

Na primeira fase do projeto, o foco das leituras analíticas era relacionado a avaliações que abordassem os seguintes descritores: avaliação de políticas públicas, políticas de saúde e saúde mental em grupos étnicos e saúde da população negra. Com isso, pode-se observar a partir dos resultados alcançados que a relação do racismo e do condicionamento social desses sujeitos estavam intrinsecamente envolvidos no campo da saúde mental, tendo como proposta de enfrentamento a recorrência da questão da Reforma psiquiátrica, a elaboração de um novo modelo assistencial considerando o letramento racial e outras práticas de cura produzidas pelos povos tradicionais de saberes ancestrais, além da descolonização de saberes e práticas institucionalizadas. Ademais, notou-se o interesse em identificar a subjetividade dos sujeitos que são alvo dessas políticas ou programas.

É importante destacar, contudo, que não se anuncia uma proposta avaliativa em torno do pensamento negro propriamente dito neste material acerca de políticas e programas, mas sim propostas de avaliação que contingenciam o manejo de indicadores quantitativos, alguns com apontamentos da necessidade do uso de dados desagregados por raça/cor.

Aponta-se que as metodologias utilizadas enfocam abordagens quantitativas sem aprofundar a experiência social a anunciar avaliações que não tangenciam aspectos contra-hegemônicos articulando dimensões metodológicas, epistemológicas e ontológicas.



Buscou-se o empreendimento de uma segunda fase do projeto devido a não identificarmos uma metodologia de avaliação e também nos depararmos com a escassez de trabalhos de acordo com os descritores mencionados acima. Tivemos que optar por pesquisas diversas utilizando-se de outros descritores, como por exemplo: Avaliação, política pública, programas e serviços, saúde mental, avaliação da qualidade.

A partir disso, na segunda fase observou-se a predominância de pesquisas em avaliação da qualidade dos serviços e avaliação participativa, de modo a compreender a interpretação dos usuários desses serviços. No entanto, vale ressaltar que essa participação é limitada, levando em consideração que a forma de avaliação é elaborada por meio de formulários com perguntas produzidas e mensuradas por uma escala de satisfação do serviço. Também não aprofunda a experiência social dos sujeitos e atores em torno da trajetória institucional da política.

Buscou-se, também, no caso das dissertações e artigos científicos, entender-se o que, de fato, a produção bibliográfica permitiria conhecer acerca das política nacional de saúde integral da população negra e da política nacional de saúde mental, e qual o seu alcance teórico e metodológico para a compreensão das mesmas, suas especificidades setoriais e dinâmicas locais para a população negra.

É importante comentar que as dissertações que envolvem o recorte racial foram analisadas na primeira fase do projeto. Dessa forma, observamos que é recorrente a questão do racismo e saúde mental e que seu enfrentamento se dá por meio de uma descolonização da Reforma Psiquiátrica, além da elaboração de uma política que englobe as subjetividades negras, uma nova compreensão epistemológica e o letramento racial para reconhecimento da importância dos saberes tradicionais ancestrais produzidos pelas comunidades negras.

Nesse caso, a produção acerca desses temas que foram analisados são relacionados com mais frequência a embates e formas de enfrentamento nesse campo das políticas públicas e não trabalham com mais aprofundamento as políticas propriamente ditas.

Os fundamentos políticos, analíticos e metodológicos que orientam as avaliações da primeira fase orbitam em torno de elementos participativos com enfoque na avaliação da qualidade dos serviços e na avaliação de quarta geração. Ainda que as avaliações enfoquem elementos participativos, elas não se debruçam sobre aspectos de um giro decolonial, isto é, não levam em consideração a crítica à colonialidade e o ensejo de posicionalidade contra-hegemônica.

Se, tradicionalmente, a avaliação parte de esforços de mensuração atrelados ao aspecto

gerencialista, sob a égide do mercado, em consonância a valores como eficácia, eficiência e efetividade, constituindo manuais e guias que acabam por desconsiderar as dimensões intersubjetivas da atividade avaliativa (BOULLOSA et al., 2021, p. 13), com o desenvolvimento do campo passaram-se a construir modelos, propostas e abordagens com outros enfoques que alargam o campo e a experiência avaliativa, tomando como foco aspectos da cultura (GUSSI; OLIVEIRA; 2017, p. 93) e da experiência da política (LEJANO, 2012) por parte dos atores envolvidos, sobretudo em aproximações paradigmáticas com o construtivismo, pós-construtivismo e a Antropologia (GUBA; LINCOLN, 2011; GUSSI; OLIVEIRA 2016, p. 97).

Neste sentido, com o intuito de situar o campo epistêmico da avaliação de políticas públicas, é necessário compreender esse contexto político hegemônico em que se insere o que denominamos de um modelo técnico-formal de avaliação e seus embates. Esse contexto remete à perspectiva avaliativa fomentada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e suas políticas de financiamento, nos marcos políticos neoliberais (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 87).

Esse debate enseja possibilidades de construir formas distintas de avaliação alinhadas a perspectivas teóricas e metodológicas distintas que, contra hegemônicas no campo, buscam fundar-se na hermenêutica em contraposição ao positivismo, e apostam para usos de diversas técnicas mistas e trianguladas de pesquisa quantitativas e qualitativas, com aportes interpretativos e antropológicos, a partir do envolvimento dos distintos atores das políticas avaliadas (GUSSI, 2014).

Em suma, em que pese o reconhecido esforço de desenvolvimento do campo contra-hegemônico (GUSSI; OLIVEIRA, 2017, p. 16), empreendido por essas abordagens, como foi demonstrado em algumas leituras analíticas do material abordadas no item 1, questionamos como os aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade, são considerados ou se articulam no desenvolvimento e no delineamento de saberes e práticas na tessitura da pesquisa e construção do conhecimento em avaliação de políticas públicas, a fim de constituir saberes e práticas para a saúde mental da população negra (LIMA; GUSSI, 2021, p. 15).

Por fim, buscou-se compreender quais as especificidades da produção em avaliação de políticas públicas a partir das regiões de estudo neste campo epistêmico contra-hegemônico. Nesse sentido, a partir dos resultados deste projeto, problematizamos a subalternidade por meio do argumento de que, no campo avaliativo, o sujeito subalternizado resta por vezes excluído ou instrumentalizado, uma vez que pertencer às camadas mais baixas da sociedade

constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante figura na disposição do campo científico por meio de assimetrias epistemológicas, no seio do jugo colonial que funda a Ciência, a Modernidade e o Estado, os quais, por sua vez, instrumentalizam a raça e o gênero, dentre outros elementos, como ferramentas coloniais, situando os sujeitos em regime subalternizado, inscritos abaixo em um processo de deslegitimação do conhecimento por meio do epistemicídio (LIMA; GUSSI, 2021, p. 7).

Contudo, se reconhece a incessante produção de saberes e práticas no campo da pesquisa avaliativa, a qual configura e delinea esse aspecto contra-hegemônico, sobretudo na América Latina (OLIVEIRA, 2019, p. 61). Diante disso, apontamos para elementos políticos, epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais de diferentes perspectivas e matrizes epistêmicas, na tentativa de mapear esse giro contra-hegemônico, operado no campo, com especial olhar para o Brasil, o contexto latino-americano e os contextos de diáspora negra.

#### **4 CONCLUSÃO**

O presente artigo objetivou desvelar sentidos epistêmicos do campo contra-hegemônico da avaliação de políticas públicas com relação à saúde mental da população negra por meio de uma análise da literatura científica em formato de artigos, publicados em periódicos nacionais e internacionais, e de dissertações defendidas em programas de pós-graduação brasileiros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Saúde Coletiva, Ciências Humanas e Sociais e Interdisciplinar, entre 2012 e 2022. Em razão da insuficiência de trabalhos com o enfoque étnico/racial na perspectiva racial, foi empreendido uma segunda fase com a coleta de artigos com enfoques e descritores mais amplos e gerais acerca da saúde mental no Brasil, estabelecendo-se um comparativo entre a produção hegemônica.

Observou-se que as perspectivas avaliativas da primeira fase da pesquisa não apresentam aspectos claros referente à perspectiva avaliativa utilizada durante a avaliação das políticas de saúde mental com o recorte étnico/racial, fundamentando-se muito mais no viés de “como avaliar?” no sentido de questionamento das avaliações gerencialistas do que na apresentação de uma avaliação clara, centrada em uma epistemologia avaliativa. Essa dificuldade em operacionalizar a perspectiva avaliativa compromete a produção de indicadores que corroboram com as pretensões indicadas nos textos das dissertações e artigos científicos

coletadas nessa fase. No que tange à segunda fase da pesquisa, a perspectiva avaliativa apresenta uma percepção mais clara pela elaboração de uma metodologia coesa e desenvolvida ao longo dos textos que permitem a construção de indicadores, fundamentando-se em acepções gerencialistas de avaliação ou na propositura de avaliações centradas na participação social em avaliações de quarta geração.

No que tange às intencionalidades referentes à avaliação da saúde mental para a população preta no Brasil, propostas de conexão com os saberes ancestrais, o letramento racial de profissionais do Capes e uma concepção de aquilombamento do cuidado empreendido nos dispositivos de atenção psicossocial, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como direção étnico-política apresenta-se como o ensejo de promover a interseccionalidade entre os profissionais do SUS com o compartilhamento de experiências entre pacientes e profissionais, promovendo o protagonismo preto. No entanto, essas intencionalidades encontram óbices justamente pela ausência de uma epistemologia avaliativa que venha a corroborar a produção de indicadores que fundamentam as pretensões dos textos coletados.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização & Avaliação. Algumas ferramentas, métodos e abordagens.** Washington, D.C, 2004. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=50196>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BOLLOUSA, Rosana de Freitas et al. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 10, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202110005>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos; SPINK, Peter. (Org) **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um centro de atenção psicossocial II infantojuvenil.** 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/21029>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, Heloísa de Araújo; PRADOS, Rosália Maria Nett.; SCHIMIDIT, Cristina. (Org.). **A música como negócio**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Gussi\\_Oliveira.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf). Acesso em: 22 abr. 2024.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**; 2007; Brasília. Brasília: Anepcp; 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32504>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LEJANO, Raul Perez. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.

LIMA, Francisco Anderson Carvalho de; GUSSI, Alcides Fernando. Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas. **Rev. Avaliação de Políticas Públicas**, v. 6, n. 20, p. 10-35, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362269-afinal/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Avaliar desde a América Latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Rev. Avaliação de Políticas Públicas**, v.1, n. 15, p. 50-65, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49574>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, p. 39 a 69, 2003.